

Mais um passo na discussão da dívida externa

Apesar de o governo dos Estados Unidos ter enviado à 27ª Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — que está sendo realizada em San José, Costa Rica — apenas integrantes de seu segundo escalão, a reunião apresenta interesse vital para os países em desenvolvimento. A principal razão é que, como não poderia deixar de ocorrer, no presente momento, o encontro termina por ser mais uma avaliação dos problemas ainda não resolvidos da dívida externa das nações do Terceiro Mundo.

Não obstante tenha sido geralmente manifestado o propósito de honrar seus compromissos, é inegável que crescem as dificuldades para saldar esses débitos. Com as taxas de juros internacionais situadas em patamares ainda elevados, esse fardo fica demasiado pesado para a economia de uma região que tem a urgente necessidade de promover o desenvolvimento econômico, para solucionar seus problemas sociais. Todavia, tem convivido, todos os

anos, com a transferência de parcelas significativas de seu Produto Interno Bruto (PIB) para cobrir os serviços da dívida.

Evidentemente, cada nação é responsável pelos débitos que contraiu. Contudo, não é demais lembrar que os bancos privados — e também os organismos internacionais, na maioria controlados pelo governo americano — tornaram, em determinado momento, os financiamentos muito fáceis de serem conseguidos.

Tal fato ocorreu na segunda metade da década de 70, após o primeiro choque do petróleo, quando as nações importadoras de óleo enfrentavam sérias dificuldades de caixa e havia dólares abundantes e baratos entre os países produtores de petróleo. Foi principalmente o sistema financeiro privado que assumiu a tarefa de reciclar os chamados petrodólares. Os financiamentos eram feitos praticamente sem condições prévias.

Contudo, no início da década de 80 cessou tão grande facilidade de crédito. A recessão então defla-

grada fez com que os juros ficassem demasiado elevados. Países que — como o Brasil — tinham contraído empréstimos a taxas flutuantes começaram a sofrer os efeitos negativos da crise de liquidez internacional, somente comparável à registrada no início da década de 30.

Portanto, não faz muito sentido discutir responsabilidades por uma situação gerada pelas vicissitudes decorrentes de um conflito internacional ainda não totalmente superado. E certo que os problemas foram agravados, seja pelos governos dos países em dificuldades, seja pelos bancos privados ou instituições internacionais, que nem sempre souberam dimensionar adequadamente os empréstimos e determinar o melhor emprego para esse capital.

A verdade é que, no presente momento, o problema central consiste em tornar viável uma solução para a crise do endividamento, que atinge — embora de maneira desigual — países exportadores de petróleo, como México e Venezuela, nações que diversifi-

caram sua atividade industrial, como o Brasil, e também as que sofreram os efeitos de políticas econômicas recessivas, como a Argentina.

Apesar de o Brasil ter conseguido, nos últimos anos, honrar os compromissos de sua dívida, em razão dos superávits que registrou em sua balança comercial, as autoridades econômicas estão convencidas de que somente com a renegociação do estoque da dívida — a juros e “spreads” menores — será possível aliviar a Nação do extraordinário peso que estes representam para cada cidadão.

As inúmeras propostas anteriormente apresentadas — como, por exemplo, a de capitalização dos juros e a de capitalização de parte da dívida — foram rejeitadas “ad limine” pelos credores privados, principalmente os da área americana. Todavia, é absolutamente necessário que seja feita uma proposta para um encaminhamento dessa questão, antes que ela chegue a uma situação limite.